

## NOVO GOVERNO

## Lira: sem recuar “um milímetro” das RP9

Presidente da Câmara diz que emendas de relator são “prerrogativas” do Congresso

» RAPHAEL FELICE

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avisou que o Congresso não vai recuar das emendas do relator, usadas como base para o orçamento secreto. “É errado retroceder. Nós avançamos um pouco nas prerrogativas que, ao longo dos anos, abrimos mão”, enfatizou o deputado, em evento promovido pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad). “Nossa luta em Brasília é para que essas prerrogativas permaneçam, cresçam, para que se chegue ao limite constitucional e não se avance um milímetro disso e nem também se recue um milímetro.”

Segundo Lira, o poder de deputados de alocar verbas é mais democrático “do que concentração de poder na mão do ministro, que não teve voto e não fez curso para estar naquele cargo”.

O orçamento secreto consiste no pagamento de emendas carimbadas pelo relator-geral do Orçamento para redutos eleitorais de deputados e senadores, sem transparência. O governo libera esses recursos em troca de apoio político no Legislativo. Para 2023, estão reservados R\$ 19,4 bilhões para o orçamento secreto, que aumenta o domínio do Legislativo sobre os investimentos federais e a manutenção dos órgãos públicos. O Congresso age para manter o controle dos recursos no futuro governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

## Drible

Lira se esquivou de perguntas referentes à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e sobre como foram seus diálogos, até o momento, com Lula. O argumento do parlamentar é de que ainda não há um texto no Legislativo sobre a PEC, e que ele não “ousaria” transcorrer a respeito do mérito da matéria até que haja uma discussão entre Câmara e Senado.

“A PEC está posta no anteprojeto e deverá começar a tramitar no Senado. Não tem ainda projeto, texto, autor, assinaturas”, destacou, afirmando que o que existe é “um tempo exíguo para discutir um texto desse”.

Enquanto nos bastidores do

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Lira afirmou que o poder de deputados de alocar verbas é mais democrático do que o de ministro



**Nossa luta em Brasília é para que essas prerrogativas permaneçam, cresçam, para que se chegue ao limite constitucional e não se avance um milímetro disso e nem também se recue um milímetro”**

**Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara**

Congresso caciques do Centrão tentam convencer a cúpula do governo eleito a colocar a impositividade das emendas de relator, integrantes da equipe de transição destacam que a medida não deve entrar na PEC.

“Essa parte, a gente não trata

dentro da transição. Ficou acertado que o próprio Congresso, Câmara e Senado, vão tratar disso, porque é uma resolução do Congresso, então eles vão resolver, pois não trata de lei, LOA (Lei Orçamentária Anual) nem de PEC”, ressaltou o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), designado por Lula para articular com o Parlamento os assuntos referentes à PEC da Transição.

Líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT-PA) frisou que o debate sobre o orçamento secreto ficará para depois da aprovação da PEC. O parlamentar deu como exemplo o uso das emendas para o Minha Casa Minha Vida. Segundo ele, os deputados enviariam as verbas para determinado município, mas os seus nomes seriam públicos, diferentemente do que acontece no modelo atual de repasse.

O discurso mostra que o governo eleito não deve batalhar para acabar com as emendas, mas, sim, dar transparência à destinação delas.

## Acordos

Aliado do presidente Jair Bolsonaro, Lira vem costurando acordo com o PT. Desde a eleição de Lula, acenos foram dados dos dois lados. O presidente da

Câmara foi o primeiro a fazer um pronunciamento oficial reconhecendo a vitória do petista. Em seu discurso no evento da Abad, ontem, o cacique do Centrão voltou a ressaltar a legitimidade do sistema eleitoral. “Urna que elegeu parlamentar, elegeu presidente, elegeu governadores”, disse.

Por sua vez, o PT já confirmou que não lançará candidatura própria à Presidência da Câmara — Lira pleiteia a reeleição —, mesmo com a federação formada com PCdoB e PV tendo a segunda maior bancada da Casa.

Internamente, a base do PT considera o apoio de Lira como fundamental para garantir a Lula governabilidade, por conta do peso do deputado do Centrão, do qual é um dos caciques. “Ele tem muita influência e capacidade de, sozinho, trazer mais ou menos 150 deputados. Nenhum partido pode oferecer isso”, argumentou um deputado petista, sob a condição de anonimato.

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o PT teria pedido a Lira a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — principal colegiado da Câmara —, para apoiar a reeleição dele ao comando da Casa. (Com Agência Estado)

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



## PEC da Transição troca o Bolsa Família pelo orçamento secreto

Não gosto de afirmações categóricas na política, porque ela é como uma nuvem, como dizia o governador mineiro e banqueiro Magalhães Pinto. Você olha pro céu, parece um elefante; olha novamente, já virou um jabuti; olha de novo, e desaba um aguaceiro danado. A nuvem desta semana no céu de Brasília é a PEC da Transição, que está sendo objeto de intensas negociações entre representantes da equipe de transição, sob coordenação do senador eleito Wellington Dias (PT), ex-governador do Piauí, e os caciques do Centrão, liderados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Ontem, o ex-ministro do Planejamento e da Fazenda Nelson Barbosa rebateu as críticas à PEC da Transição com uma comparação que soa como música para os políticos do Centrão: disse que o governo Lula em 2023, o seu primeiro ano de mandato, gastará menos do que o governo Bolsonaro em 2022, ou seja, no seu último ano. Segundo o relatório de orçamento mais recente, o atual governo deve gastar o equivalente a 19% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, ao passo que a proposta do novo governo é reduzir esse percentual para 17,6% do PIB.

Segundo Barbosa, haveria um espaço de até R\$ 136 bilhões para elevar despesas sem interferir nessa proporção gasto/PIB. Nessa contabilidade, ocorreria uma “recomposição fiscal” e não uma “expansão do gasto”. O espaço para aumentar gastos públicos em 2023 sem aumentar as despesas, em relação a esse ano, seria de R\$ 136 bilhões, o que representa quase 69% dos R\$ 198 bilhões previstos na PEC da Transição (valor que ficaria fora do teto de gastos). O gasto com o Bolsa Família ficaria fora do teto de forma permanente, num total de R\$ 175 bilhões anuais, além de investimentos adicionais de até R\$ 23 bilhões, para o Orçamento 2023. Qual o custo de um acordo no qual o governo Lula não teria que se preocupar com a aprovação de recursos para o Bolsa Família durante todo o mandato?

O cientista político Paulo Fábio Dantas, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pôs o dedo na ferida: a pressão dos atuais congressistas sobre o futuro governo para aprovar a exclusão do Bolsa Família do teto de gastos seria “a fixação explícita, na mesma PEC, da imperatividade da execução das emendas do relator, porta de entrada de uma constitucionalização do ‘orçamento secreto’, antes que a ministra Rosa Weber o anule”. Sua conclusão decorre de uma entrevista do líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), na sexta-feira, na qual essa raposa felpuda do Congresso afirmou que a equipe de transição teria assimilado a legitimidade das “emendas de relator”. Faz sentido, porque não foram poucos os parlamentares da oposição, inclusive do PT, que se beneficiaram dessas emendas neste ano eleitoral.

**A BANCADA DE LULA PODE CHEGAR A 139 DEPUTADOS E 15 SENADORES. OU SEJA, É IMPOSSÍVEL APROVAR QUALQUER COISA SEM O CENTRÃO E OS PARTIDOS DE CENTRO QUE O APOIARAM NO SEGUNDO TURNO**

## Articulação para liberar R\$ 7,9 bilhões

Lideranças do Congresso articulam a aprovação de projeto que promove uma manobra para abrir espaço, ainda neste ano, para o pagamento de emendas do orçamento secreto. A votação está prevista para hoje, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Se passar, vai para o plenário.

Cerca de R\$ 7,9 bilhões em emendas foram bloqueados pela equipe econômica para não furar, em 2022, o teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à inflação. Os líderes dos partidos pressionam pela liberação desses recursos que, na prática, funcionam como moeda de troca nas negociações das votações.

Inicialmente, o projeto do governo ampliava o prazo para o envio de propostas de abertura de créditos adicionais para remanejar despesas do Orçamento de 2022. Esses créditos suplementares são comuns no fim de cada ano. Mas o relator do projeto, deputado AJ Albuquerque (PP-CE), incluiu vários artifícios técnicos para, na prática, abrir espaço no teto.

O parecer faz uma série de ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para abrir espaço no teto em 2022. Entre eles,

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



AJ Albuquerque incluiu artifícios técnicos para abrir espaço no teto

não será preciso cancelar despesa para cumprir o limite do teto de gastos, se houver ajuste de caixa. Essa manobra permite “jogar” a despesa para o ano seguinte.

A Lei Paulo Gustavo, da Cultura, também só terá limite

aberto do que for gasto em 2022, e não o valor inteiro de R\$ 3,86 bilhões. O parecer ainda altera o cronograma de despesa obrigatória para abrir espaço no teto. Essa mudança permite que o governo não empenhe (faça a

## » CMO analisa emendas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa, hoje, o relatório do deputado José Priante (MDB-PA), coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE). A reunião está marcada para as 14h30. O CAE é um órgão permanente da CMO que pode propor a inadmissibilidade de emendas apresentadas ao projeto de Lei orçamentária anual (PLN 32/2022). O relatório de Priante ainda não foi divulgado, mas uma análise técnica preliminar das Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara sugere a inadmissibilidade de 93 emendas coletivas. (Agência Senado)

primeira etapa do gasto, quando é feita a reserva do dinheiro para bancar a despesa) a despesa obrigatória (como salários e aposentadorias), e o saldo é usado como espaço no teto de gastos.